



SECRETARIA LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

ESTUDO DO VETO Nº 6/2015, DE 25/3/2015

Veto Parcial aposto ao PLC nº 4, de 2015 (nº 23/2015, na Casa de origem)

Quantidade de dispositivos vetados: 2

Autor do projeto vetado:

- Dep. Mendonça Filho (DEM/PE)

Relator na Câmara dos Deputados:

- Dep. Sandro Alex (PPS/PR)

- Dep. Sandro Alex (PPS/PR) - Redação Final

Relator no Senado Federal:

- Sen. Eunício Oliveira (PMDB/CE) - Parecer de Plenário em subst. à CCJ/SF, concluindo favoravelmente (Parecer nº 4, de 2015-PLEN).

Ementa:

- *Altera as Leis nºs. 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre fusão de partidos políticos.*

DISPOSITIVO VETADO	ASSUNTO	ORIGEM	RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO
<p><i>[Art. 29. Por decisão de seus órgãos nacionais de deliberação, dois ou mais partidos poderão fundir-se num só ou incorporar-se um ao outro.]</i>¹</p> <p>- § 4º do art. 29 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 2º do projeto: “§ 4º A fusão dá origem a um novo partido, cuja existência legal tem início com o registro, no Ofício Civil competente da Capital Federal, do estatuto e do programa, cujo requerimento deve ser acompanhado das atas das decisões dos órgãos competentes”.</p>	A fusão de partidos políticos cria um novo partido.	Emenda nº 1 de autoria do Deputado Rubens Bueno (PPS/PR).	<p><i>Ouvido o Ministério da Justiça, foram estas as razões do veto:</i> “Os dispositivos equiparariam dois mecanismos distintos de formação de partidos políticos, a criação e a fusão. Tal distinção é um dos instrumentos garantidores do princípio da fidelidade partidária, fundamental ao sistema representativo político-eleitoral. Além disso, tais medidas estariam em desacordo com o previsto no art. 17 da Constituição e com o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, pois atribuiriam prerrogativas jurídicas próprias de partidos criados àqueles frutos de fusões”.</p>
<p>- § 5º do art. 29 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, com a redação dada pelo art. 2º do projeto: “§ 5º No caso de fusão, nos 30 (trinta) dias subsequentes ao seu registro, detentores de mandatos filiados a legendas estranhas àquela fusão podem filiar-se ao novo partido, sem perda de mandato”.</p>	Prazo para detentor de mandato filiar-se a partido político, criado em decorrência de fusão, sem perda de mandato.	Idem.	Idem.

¹ “Caput” do art. 29 da Lei 9.096/95.